

Sopro de ar fresco

Maria Herminia Tavares

Folha de S.Paulo, 28.11.2019

É mais que bem-vinda a proposta de agenda social feita por parlamentares da Câmara. Entre 2014 e 2017, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua do IBGE, 8,5 milhões de brasileiros se somaram aos 14 milhões que já viviam abaixo da linha da pobreza. No mesmo período, o contingente daqueles que sobreviviam em situação de pobreza extrema passou de 5,2 milhões para 11,8 milhões.

Isso quer dizer que se perdeu quase todo o ganho obtido anteriormente em termos de redução das disparidades de renda. Apesar da catástrofe social que esses números revelam, pobreza e desigualdade são assuntos fora do avariado radar do governo Bolsonaro.

Enquanto o ministro Paulo Guedes tangencia a obscenidade com o seu programa de emprego para jovens —a ser financiado por aqueles que recebem o caraminguá do seguro-desemprego—, não se vislumbra uma única iniciativa capaz de amortecer o sofrimento dos mais atingidos pela degradingolada econômica dos últimos anos.

Em meio a essa desolação, é mais que bem-vinda a proposta de agenda social patrocinada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, resultado do trabalho de um grupo de parlamentares coordenado pela deputada Tabata Amaral.

Cidade berço do Bolsa Família dá 93% ao PT e teme vitória de Bolsonaro

Trata-se de um conjunto de projetos e uma proposta de emenda constitucional cobrindo cinco áreas: garantia de renda; inclusão produtiva; rede de proteção ao trabalhador; acesso a água e saneamento; e uma Lei de Responsabilidade Social com um fundo que permita aumentar o gasto em situações de crise.

O primeiro mérito do pacote é reconhecer as presentes limitações fiscais e pensar em iniciativas compatíveis com alguma forma de ajuste das contas públicas, sem o que nenhuma política social pode se sustentar por muito tempo.

A sua segunda virtude é garantir a ampliação e estabilidade do grande programa nacional de garantia de renda mínima —o Bolsa Família—, além de buscar portas de saída a seus beneficiários, por meio da qualificação para diferentes formas de trabalho.

Falta à agenda social da Câmara uma definição mais nítida dos objetivos almejados em termos de equidade e de amplitude da proteção social. A pauta é menos do que um projeto amplo de reforma do sistema existente. É um pouco mais do que um rol de medidas compensatórias, destinadas apenas a reduzir a perversidade das políticas econômicas ultraliberais.

Tampouco está claro quão factíveis são as propostas. Afinal, além do marco legal que o Congresso venha a aprovar, dependerão, para ganhar vida, do engajamento de agências do Executivo. Ainda assim, são um sopro de ar fresco no ambiente degradado pela indiferença do governo Bolsonaro à sorte da grande massa de brasileiros pobres.